

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações de resultados

Demonstrações dos resultados abrangentes

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos da caixa

Demonstração do valor adicionado

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Companhia Águas de Itapema
Londrina - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Águas de Itapema ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Águas de Itapema em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia Águas de Itapema, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 04 de junho de 2018.

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais)

ATIVO				PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO			
	Notas	2017	2016		Notas	2017	2016
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	3.577	700	Empréstimos e financiamentos	11	15.389	13.659
Contas a receber	4	3.950	3.878	Fornecedores	12	6.832	12.577
Créditos tributários		87	92	Obrigações sociais e trabalhistas	13	598	760
Ativos destinados à aplicação nas concessões	6	1.629	2.381	Encargos tributários a pagar	14	3.354	1.735
Adiantamentos	5	226	1.009	Impostos e contribuições parcelados	14	2.207	1.357
Outros ativos circulantes		14	14	Partes relacionadas	10	1.496	-
				Dividendos a pagar	16.3	575	2.201
Total do circulante		9.483	8.074	Total do circulante		30.451	32.289
ATIVO NÃO CIRCULANTE				PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Títulos de valores mobiliários	7	44	4.395	Empréstimos e financiamentos	11	48.433	49.533
Outros ativos não circulantes	5.1	2.811	93	Impostos e contribuições parcelados	14	1.608	7.495
Imobilizado	8	139	173	Partes relacionadas	10	3.814	710
Intangível	9	106.773	97.987	Provisões para contingências	15	114	1.761
Total do ativo não circulante		109.767	102.648	Total do passivo não circulante		53.969	59.499
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	16	32.175	4.049
				Reserva legal	16.2	931	810
				Reserva de retenção de lucros	16.4	1.724	14.075
				Total do patrimônio líquido		34.830	18.934
TOTAL ATIVO		119.250	110.722	TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		119.250	110.722

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

	Notas	2017	2016
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	17	57.413	63.149
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	18	(24.613)	(30.293)
LUCRO BRUTO		32.800	32.856
DESPESAS OPERACIONAIS		(8.794)	(9.971)
Despesa Gerais e Administrativas	19	(7.222)	(8.187)
Despesas Comerciais	20	(2.178)	(1.025)
Outras Receitas/Despesas	21	606	(759)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO EFEITOS FINANCEIROS		24.006	22.885
RESULTADO FINANCEIRO	22	(7.647)	(11.902)
Despesas Financeiras		(8.475)	(12.954)
Receitas Financeiras		828	1.052
LUCRO ANTES DO IR/CS		16.359	10.983
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	23	(13.939)	(1.715)
(=) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		2.420	9.268
Lucro por ação - Reais		0,0752	2,2890

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 e 2016 (Valores expressos em milhares de Reais)

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	2.420	9.268
Total dos resultados abrangentes	2.420	9.268

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Reservas de lucros			Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	
Saldos em 31 de dezembro de 2015	4.049	591	5.421	10.061
Reversão de dividendos a pagar	-	-	1.806	1.806
Lucro líquido do exercício	-	-	9.268	9.268
Destinação do resultado do exercício:				
Constituição reserva legal	-	219	(219)	-
Dividendos propostos	-	-	(2.201)	(2.201)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	4.049	810	14.075	18.934
Integralização de capital através da reversão de dividendos	2.201	-	-	2.201
Integralização de capital com créditos	11.850	-	-	11.850
Integralização de capital	14.075	-	(14.075)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	2.420	2.420
Destinação do resultado do exercício:				
Constituição reserva legal	-	121	(121)	-
Dividendos propostos	-	-	(575)	(575)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	32.175	931	1.724	34.830

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 e 2016 (Valores expressos em milhares de Reais)

	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	2.420	9.268
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício ao caixa proveniente das/(aplicado nas) atividades operacionais		
Depreciação e amortização	3.070	3.005
Provisão para contingências	(1.647)	207
Juros apropriados sobre empréstimos e financiamentos	3.760	10.355
Juros apropriados sobre debêntures	2.108	1.438
Juros apropriados sobre parcelamentos	808	715
Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	470	(335)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	86	124
Aumento/(redução) nos ativos		
Contas à receber	(542)	(794)
Demais contas a receber e adiantamentos	(1.934)	(389)
Créditos tributários	6	(37)
Estoques	753	(195)
(Aumento)/Redução nos Passivos		-
Fornecedores	(5.746)	10.333
Encargos tributários a pagar	1.533	294
Salários e encargos sociais a pagar	(163)	(115)
Impostos e contribuições parcelados	9.819	809
Demais contas à pagar	-	(45)
Caixa Líquido proveniente das Atividades Operacionais	14.801	34.638
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(11.821)	(19.862)
Disponibilização de títulos e valores mobiliários	4.350	-
Caixa Líquido aplicado nas Atividades de investimento	(7.471)	(19.862)
Terceiros		
Empréstimos e financiamentos captados	12.889	4.285
Empréstimos e financiamentos pagos	(18.128)	-
Acionistas		
Empréstimos com acionistas	786	(19.242)
Dividendos pagos	-	395
Outros pagamentos	-	(810)
Caixa Líquido usado nas Atividades de financiamento	(4.453)	(15.372)
Acréscimo (decréscimo) Líquido no Saldo de Caixa	2.877	(596)
Caixa e equivalente de caixa		
Composição do Caixa Inicial	700	1.296
Composição do Caixa Final	3.577	700

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 e 2016 (Valores expressos em milhares de Reais)

	2017	2016
Receitas de prestação de serviços	59.193	64.848
Outros resultados	23	-
Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	(470)	335
	<u>58.746</u>	<u>65.183</u>
Insumos adquiridos de terceiros	(26.220)	(33.471)
Produtos químicos consumidos	(1.272)	(974)
Materiais consumidos	(938)	(1.217)
Energia elétrica	(1.200)	(1.206)
Outros custos de produtos e serviços	(3.431)	(1.601)
Custo de construção	(11.812)	(19.826)
Serviços de terceiros contratados	(1.697)	(1.883)
Perdas na realização e recuperação de ativos	(496)	-
Outras despesas operacionais	(5.374)	(6.764)
	<u>32.526</u>	<u>31.712</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO		
Depreciações e amortizações	(3.070)	(3.005)
	<u>29.456</u>	<u>28.707</u>
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO		
Resultado da Equivalência Patrimonial	-	-
Receitas financeiras	828	1.052
	<u>30.284</u>	<u>29.759</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		
Pessoal		
Remuneração direta e benefícios	2.946	3.368
	<u>2.946</u>	<u>3.368</u>
Impostos, taxas e contribuições		
Impostos, taxas e contribuições	16.712	4.123
	<u>16.712</u>	<u>4.123</u>
Remuneração de Capitais de Terceiros		
Aluguéis	394	255
Juros e variações monetárias	7.812	12.745
	<u>8.206</u>	<u>13.000</u>
Remuneração de capitais próprios		
Lucro líquido do exercício não distribuído	2.420	9.268
	<u>2.420</u>	<u>9.268</u>
TOTAL	<u>30.284</u>	<u>29.759</u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Companhia Águas de Itapema (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado e tem por objeto social a implantação e exploração, em regime de concessão dos serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto do Município de Itapema, Estado da Santa Catarina. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil com sede na Av. Marginal Leste, 5, na cidade de Itapema. Os serviços compreendem a execução de todos os investimentos e atividades necessárias à gestão dos sistemas e serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, mediante a cobrança de tarifa.

O prazo de concessão que era de 300 meses (25 anos), contados a partir da data de recebimento da Ordem do Serviço Global, ocorrido em 08 de julho de 2004, foi prorrogado para 480 meses (40 anos), conforme contrato de prorrogação de prazo firmado em 04/12/2015. Com a prorrogação contratual a Companhia juntamente com a Prefeitura Municipal assinou aditivo contratual que prevê investimentos de aproximadamente R\$ 504 milhões nos sistemas de abastecimento de água e tratamento de esgoto até 2.044 em toda a rede urbana, com metas anuais. O sistema de água receberá aporte de R\$ 149,9 milhões, e o de esgoto, R\$ 353,9 milhões. Para o sistema de água estão previstos o aumento da reservação de água bruta e de água tratada, implantação de novas adutoras e redes de distribuição, aumento da capacidade de tratamento de água nas estações, substituição de hidrômetros, controle de perdas, entre outros, com o objetivo de garantir o abastecimento de água nas temporadas de veraneio. A Companhia possui exclusividade na execução dos serviços mencionados no contrato de concessão. A remuneração da Companhia se dá pela cobrança de tarifa, aplicada aos volumes de água e esgoto faturáveis e aos demais serviços associados diretamente aos consumidores, de forma a possibilitar a devida remuneração do capital investido, o melhoramento da qualidade dos serviços prestados e a garantia da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

1.1. Planos da Administração

Conforme previsto pela Administração, em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentou lucro líquido, porém, apresentou capital circulante líquido negativo em decorrência dos investimentos necessários para atendimento aos usuários, demandando aporte dos acionistas.

A Administração, com base em estimativas do retorno de seus investimentos e a implantação da tarifa justa definida no reequilíbrio contratual, prevê melhorias em seus resultados e reforço de caixa ao longo de 2018.

A Administração da Companhia vem adotando diversas medidas para o restabelecimento de seu equilíbrio econômico-financeiro e da posição patrimonial, como o aumento de sua lucratividade e geração de caixa suficiente para o cumprimento das suas obrigações. Estas medidas incluem, entre outras:

- Readequação de suas obrigações estratégias de investimento;
- Foco na continuidade ao plano de redução de custos e despesas.

O sucesso dessas medidas é essencial para permitir que a sociedade continue honrando os compromissos já assumidos com os fornecedores e instituições financeiras.

1.2. Aprovação da emissão das demonstrações contábeis

A Administração da Companhia aprovou a emissão das presentes demonstrações contábeis em 17 de maio de 2018.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. A declaração de conformidade (com relação às normas do CFC)

As demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa, assim como análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas em períodos não superiores há um ano.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor.

2.3. Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o “Real”, pois representa as condições principais de operação, comercialização, custos e despesas, principais linhas de endividamento financeiro com instituições financeiras.

2.4. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas a seguir são aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

2.4.1. Divulgação de informações por segmento

As receitas da Companhia findo no exercício de 31 de dezembro de 2017 se concentraram nas tarifas cobradas sobre o consumo de água, tratamento de esgoto e serviços relacionados à concessão no município de Itapema, no estado de Santa Catarina.

2.4.2. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência:

- Receitas;

As receitas operacionais são reconhecidas quando: (i) o valor da receita é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos sejam recebidos pela Companhia; e (iv) os riscos e benefícios tenham sido integralmente transferidos ao consumidor. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de descontos e/ou bonificações concedidos e encargos sobre vendas.

- Receitas e despesas financeiras.

A receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos. Abrangem receitas de juros sobre montantes investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, e variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

2.4.3. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos incluem “caixa e equivalentes de caixa”, “títulos e valores mobiliários”, “contas a receber de clientes”, “demais contas a receber”, “empréstimos e financiamentos”, “fornecedores”, “demais contas a pagar”, “Partes Relacionadas” e Obrigações Fiscais e Sociais”. Instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis. Com relação às aplicações financeiras e instrumentos classificados como caixa e equivalentes de caixa, posteriormente ao reconhecimento inicial, esses instrumentos financeiros não derivativos são mensurados de acordo com sua respectiva classificação conforme segue:

Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo pelo resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

Passivos financeiros

Passivos financeiros não derivativos são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

a) Avaliação de recuperabilidade de ativos financeiros: Os ativos financeiros são avaliados a cada data do balanço, identificando se são totalmente recuperáveis ou se há perda de “impairment” para esses instrumentos financeiros.

2.4.4. Ativo circulante e não circulante

Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia mantém aplicações financeiras, substancialmente, representadas por Certificados de Depósito Bancário (CDBs), e considera equivalentes de caixa quando há conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e está sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um fundo de investimento, normalmente, qualifica-se como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo serviço prestado no decurso normal das atividades da Companhia. São classificadas como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço. Nestes casos são classificadas como não circulantes.

A Companhia constitui perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis nas contas a receber, com base na análise dos dados objetivos do "Contas a Receber" envolvido e no histórico de recebimentos e garantias existentes, e não espera incorrer em perdas adicionais significativas.

Ativos destinados a aplicação nas concessões e serviços a serem prestados (Almoxarifado)

Estes ativos são registrados ao custo médio de aquisição, que não superam os valores de mercado ou valor líquido de realização. Estes ativos são materiais destinados ao consumo, a alocação em serviços a serem prestados e à manutenção das infraestruturas de: a) tratamento e distribuição de água; b) coleta e tratamento do esgoto. Os materiais destinados às construções da infraestrutura vinculada à concessão da Companhia são classificados como "ativo intangível em curso".

As provisões para itens obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

Imobilizado

O imobilizado compreende principalmente as instalações administrativas. Esses ativos são demonstrados ao custo histórico de aquisição e/ou construção menos a depreciação, e as perdas por recuperabilidade, quando necessário. Os juros, demais encargos financeiros e efeitos inflacionários decorrentes dos financiamentos, efetivamente aplicados nas imobilizações em andamento, são computados como custo do respectivo imobilizado.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios econômicos futuros associados ao item fluam para a entidade e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação do imobilizado é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil.

Os ganhos e perdas sobre alienações são determinados ao comparar os resultados do valor contábil com o valor líquido da venda, e são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais, na demonstração dos resultados.

Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados a custo no momento do seu reconhecimento inicial, e após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados a custo, menos a amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável "impairment", quando aplicável.

Ao término da concessão, todos os bens públicos e instalações utilizadas pela Companhia, bem como todas as obras e instalações por ela realizadas serão revertidos automaticamente ao Serviço de Água e Esgoto do Município sem qualquer retorno financeiro para a Companhia.

A amortização do intangível está sendo realizada de forma linear, de acordo com o prazo de vigência da concessão, conforme previsto no contrato de concessão.

Perda no valor recuperável "impairment"

Na data de cada encerramento anual das demonstrações contábeis, a Companhia analisa se existem evidências de que pelo menos os valores contábeis dos ativos não financeiros não serão recuperados. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo "impairment".

2.4.5. Passivo circulante e não circulante

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado. Além disso, os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A companhia opta pelo lucro presumido aplicando-se as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição sobre a receita bruta auferida em cada trimestre, acrescido de outras receitas, rendimentos auferidos em aplicações de renda fixa, variável e ganhos de capital que também compõem a base de cálculo do imposto e contribuição em cada trimestre determinado pelo regime de competência.

Provisões

As provisões são reconhecidas em decorrência de eventos passados que originaram um passivo, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas quando as perdas são julgadas como mais prováveis de que haverá desembolso, tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos são reconhecidos no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os passivos são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias.

2.4.6. Ajustes a Valor Presente (AVP)

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC nº 12, os ativos e passivos não circulantes, bem como os ativos e passivos circulantes relevantes, são registrados a valor presente na data da respectiva transação com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada nas contas que deram origem ao referido ativo ou passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do ativo ou passivo é apropriada ao resultado ao longo da vida do ativo ou passivo com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

O ajuste a valor presente é calculado levando-se em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e, em certos casos, implícita nos respectivos ativos e passivos, e se relevante, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado.

2.4.7. Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

a) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

b) Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de desenvolvimento de infraestrutura, ampliação e reforços como ativo financeiro.

Determinação das receitas de desenvolvimento de infraestrutura

A Companhia registra o desenvolvimento de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 R1 (IAS 11 (R)) e CPC 30 R1 (IAS 18 (R)). Quando a concessionária presta serviços de desenvolvimento de infraestrutura, é reconhecida a receita de desenvolvimento de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de desenvolvimento de infraestrutura prestado. Na contabilização das receitas de desenvolvimento de infraestrutura a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de desenvolvimento de infraestrutura, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de desenvolvimento de infraestrutura mais determinadas despesas do período de desenvolvimento de infraestrutura. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de desenvolvimento de infraestrutura.

2.5. Mudanças em políticas contábeis.

Novas normas, interpretações e alterações com aplicação efetiva após 31 de dezembro de 2017

Existem três novas normas que serão efetivas em 2018 e 2019 que poderão afetar diversos tipos de entidades e devem resultar em alterações bastante significativas nas suas demonstrações contábeis. Estas normas são o IFRS 9/CPC 48 - Financial instruments, o IFRS 15/CPC 47 - Revenue from contracts with customers e o IFRS 16/CPC 06(R2) - Leases. As novas normas não foram adotadas de forma antecipada nestas demonstrações contábeis e, portanto, poderão impactar de maneira significativa as demonstrações contábeis da companhia no futuro.

IFRS 9/CPC 48 - Financial Instruments:

O IFRS 9/CPC 48 - estará vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2018. Esta nova norma contém três categorias principais para classificação e mensuração de ativos financeiros: (i) Custo Amortizado; (ii) Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes; e (iii) Valor Justo registrado por meio do Resultado do Exercício (categoria residual). Uma das principais alterações está relacionada aos ativos financeiros classificados na categoria de "Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes", sendo também aplicável em determinados passivos financeiros que atendem determinados critérios de classificação.

Assim, os instrumentos financeiros na categoria de “Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes” são registrados no balanço pelo seu valor justo (para refletir os fluxos de caixas esperados pela venda), sendo a parte relativa ao custo amortizado registrada no resultado do exercício (para refletir o recebimento dos fluxos de caixa contratuais), sendo a diferença registrada em Outros Resultados Abrangentes, devendo ser posteriormente reciclada para o resultado do exercício quando da venda/baixa do instrumento financeiro. A outra principal alteração está relacionada ao “impairment” de ativos financeiros, como por exemplo as provisões para créditos de liquidação duvidosa, em que o modelo de “perda esperada” substitui o modelo de “perda incorrida”. O novo modelo de “perda esperada” deve impactar materialmente todas as entidades que detenham instrumentos financeiros nas categorias de “Custo Amortizado” e “Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes”.

IFRS 15/CPC 47 - Revenues from contracts with customers

O IFRS 15/CPC 47 - estará vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2018. Esta nova norma contém significativamente mais orientações e requerimentos em comparação às normas e interpretações existentes. Na nova norma, a receita deverá ser reconhecida levando-se em consideração os cinco critérios a seguir que precisam ser atendidos de forma cumulativa: (i) identificar o contrato; (ii) identificar as obrigações de “performance”; (iii) determinar o preço da transação; (iv) alocar o preço da transação para cada obrigação de “performance”; e (v) reconhecer a receita somente quando cada obrigação de “performance” for satisfeita. A adoção desta nova norma pode resultar no fato de que em muitas entidades o momento e a natureza do reconhecimento de receita deverão ser modificados.

IFRS 16/CPC 06(R2) - Leases

O IFRS 16/CPC 06(R2) - estará vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2019. Esta nova norma substitui IAS 17 Leases, IFRIC 4 Determining whether an Arrangement contains a Lease, SIC-15 Operating Leases - Incentives e SIC-27 Evaluating the Substance of Transactions Involving the Legal Form of a Lease. Os requerimentos de contabilização para os arrendadores permanecem substancialmente os mesmos em comparação às normas atualmente vigentes. Entretanto, há alterações significativas para os arrendatários na medida em que o IFRS 16/CPC 06(R2) - determina um modelo único apenas para os arrendatários ao eliminar a distinção entre arrendamento financeiro e operacional de forma a resultar em um balanço patrimonial refletindo um “direito de uso” dos ativos e um correspondente passivo financeiro. Assim, para muitas entidades o efeito de registrar todas as operações de leasing no balanço patrimonial poderá ser muito significativo.

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os efeitos do IFRS 15/CPC 47 - Revenues from Contracts with Customers e IFRS 9/CPC 48 - Financial Instruments foram analisadas pela Administração da Companhia, e os mesmos não gerarão impactos significativos nas demonstrações contábeis, muito embora os processos internos estarem sendo revisitados para adequação de rotinas internas de forma a detectar qualquer evento que possa ser afetado por estas IFRS/CPC.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se aos valores mantidos em caixa, bancos e equivalentes de caixa, conforme segue:

	2017	2016
Caixa e saldos em conta corrente bancária	156	235
Aplicações financeiras de liquidez imediata (*)	3.421	465
	<u>3.577</u>	<u>700</u>

(*) As aplicações financeiras são consideradas equivalentes de caixa por permitirem o resgate a qualquer momento sem perda dos juros transcorridos. O valor contábil é próximo ao seu valor justo. Em 31 de dezembro de 2017 a remuneração média das aplicações financeiras equivale a 100% do CDI.

4. Clientes

4.1. Composição

	2017	2016
Contas a receber - Consumidores	8.419	7.644
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(4.469)	(3.766)
	<u>3.950</u>	<u>3.878</u>

As contas a receber referem-se à remuneração da concessionária sobre a distribuição de água tratada e serviços de rede de esgoto no Município de Itapema - Santa Catarina, em regime de concessão.

4.2. Composição das contas a receber por vencimento

	2017	2016
Faturado		
A vencer	2.452	2.341
Vencidos até 30 dias	1.028	1.015
Vencidos de 31 até 60 dias	184	183
Vencidos de 61 até 180 dias	286	339
Vencidos há mais de 181 dias	4.469	3.766
	<u>8.419</u>	<u>7.644</u>

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.3. Movimentação das Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)

	2017	2016
Saldos iniciais	3.766	3.088
Atualização / Reversão PECLD	(470)	335
Créditos provisionados no exercício	1.173	343
Saldos finais	4.469	3.766

Através de análises de crédito e históricos de recebimentos, a Administração da Companhia decidiu constituir provisão estimada de créditos de liquidação duvidosa de títulos inadimplentes há mais de 180 dias.

5. Adiantamentos

	2017	2016
Adiantamento a funcionários	24	2
Adiantamento a fornecedores (a)	202	1.007
Total de adiantamentos	226	1.009

(a) Valores classificados como adiantamentos a fornecedores referentes a prestadores de serviços na execução dos projetos de infraestrutura e melhorias iniciadas em 2016 que foram concluídos em 2017.

5.1. Outros ativos não circulantes

	2017	2016
Alugueis a apropriar (a)	2.608	-
Depositos recursais	203	93
	2.811	93

(a) Em 05 de fevereiro de 2016 a Águas de Itapema firmou contrato de locação atípica com o INFRA Real Estate Fundo de Investimento Imobiliário ("FII"), em regime de construção sob medida (denominado built to suit), com objetivo de implantar a ampliação 225 litros por segundo da Estação de Tratamento de Água Morretes e obras acessórias, com respectivo valor de locação de R\$ 164 mensal. O reconhecimento da despesa se dará com a vigência da locação na entrega da obra prevista para 1º semestre de 2018.

6. Ativos destinados a aplicação nas concessões

Os ativos destinados a aplicação na concessão são compostos por materiais de construção e demais artefatos e insumos aplicados em reparos da rede de tratamento de esgoto e água.

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2017	2016
Produtos químicos	143	109
Bombas e equipamentos	305	580
Tubos e conexões para água	105	116
Tubos e conexões para esgoto	950	1.108
Hidrômetros	31	22
Outros materiais de uso e consumo e manutenção	95	446
	<u>1.629</u>	<u>2.381</u>

7. Títulos e valores mobiliários

	2017	2016
Bradesco FI RF Cred Priv Esfera	-	4.395
Cotas de Capital - Sicredi	44	-
	<u>44</u>	<u>4.395</u>

A Companhia possuía saldos de aplicações financeiras que possuem restrições quanto ao resgate imediato, pois eram garantias aos contratos de empréstimos junto às instituições financeiras. Por tal motivo estavam classificados no ativo não circulante. Os valores foram resgatados ao final do exercício, com reaplicação no exercício de 2018.

8. Imobilizado

8.1. Composição

	Vida útil (%)	2017			2016
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	10	73	(63)	10	13
Veículos	20	698	(670)	28	34
Computadores e periféricos	20	150	(131)	19	26
Máquinas e equipamentos	10	428	(346)	82	100
		<u>1.349</u>	<u>(1.210)</u>	<u>139</u>	<u>173</u>

A Administração avaliou que não há indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável e, dessa forma, nenhuma perda estimada (impairment) foi reconhecida nas demonstrações contábeis.

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

8.2. Síntese da movimentação do ativo imobilizado:

	Saldo 2016	Adições	Saldo 2017
Custo			
Móveis e utensílios	73	-	73
Veículos	698	-	698
Computadores e periféricos	147	3	150
Máquinas e equipamentos	422	7	429
	<u>1.340</u>	<u>10</u>	<u>1.350</u>
Depreciação acumulada			
Móveis e utensílios	(61)	(3)	(64)
Veículos	(663)	(7)	(670)
Computadores e periféricos	(121)	(10)	(131)
Máquinas e equipamentos	(322)	(24)	(346)
	<u>(1.167)</u>	<u>(44)</u>	<u>(1.211)</u>
	<u>173</u>	<u>(34)</u>	<u>139</u>

9. Intangível

9.1. Composição

	2017				2016			
	Taxa Amortização Média	Custo	Amortização acumulada	Intangível Líquido	Taxa Amortização Média	Custo	Amortização acumulada	Intangível Líquido
	Contrato de concessão	4,040%	146.155	(39.450)	106.705	3,472%	116.417	(36.424)
Obras em andamento	-	68	-	68	-	17.994	-	17.994
		<u>146.223</u>	<u>(39.450)</u>	<u>106.773</u>		<u>134.411</u>	<u>(36.424)</u>	<u>97.987</u>

9.2. Descrição da concessão e vigência

A Companhia é concessionária dos serviços de abastecimento básico de água tratada e tratamento de esgoto, mediante contrato firmado com o Município de Itapema, no Estado de Santa Catarina, para realização dos serviços de abastecimento de água. Compreendendo a execução de todos os investimentos e as atividades necessárias à gestão dos sistemas e serviços de abastecimento de água e a sua comercialização, mediante a cobrança de tarifa. O prazo de concessão é de 480 meses (40 anos), contados a partir do efetivo início dos serviços concedidos, e a Companhia possui exclusividade na execução dos serviços mencionados.

A remuneração da Companhia se dá pela cobrança de tarifa, aplicada aos volumes de água, de forma a possibilitar devida remuneração do capital investido, o melhoramento da qualidade do serviço prestado.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ao término da concessão, todos os bens públicos e instalações utilizadas pela Companhia, bem como todas as obras e instalações por ela realizadas serão revertidos automaticamente ao Município ao serviço de água e esgoto do Município de Itapema.

9.3. Movimentações do intangível

	2017				
	Intangível líquido			Amortização do exercício	Intangível líquido final
	inicial	Adições	Transferências		
Contrato de concessão	79.993	11.744	17.994	(3.026)	106.705
Obras em andamento	17.994	68	(17.994)	-	68
	<u>97.987</u>	<u>11.812</u>	<u>-</u>	<u>(3.026)</u>	<u>106.773</u>

	2016				
	Intangível líquido			Amortização do exercício	Intangível líquido final
	inicial	Adições	Transferências		
Contrato de concessão	81.118	1.832	-	(2.957)	79.993
Obras em andamento	-	17.994	-	-	17.994
	<u>81.118</u>	<u>19.826</u>	<u>-</u>	<u>(2.957)</u>	<u>97.987</u>

9.4. Amortizações

A amortização é realizada de acordo com o prazo de vigência da concessão. Para os investimentos realizados durante a vigência do contrato, a amortização é realizada de forma proporcional, coincidente com a data de finalização da concessão.

A seguir a composição das amortizações previstas e estimadas para os exercícios subsequentes:

	Valor da amortização prevista	
	2017	2016
2017	-	3.500
2018	5.907	3.500
2019	5.907	3.500
2020	5.907	3.500
Após 2020	89.052	83.987
	<u>106.773</u>	<u>97.987</u>

Com base em um laudo técnico de empresa contratada, A Companhia reavaliou seu critério de amortização a partir de janeiro de 2014, passando a considerar as melhores estimativas de realização do ativo até o encerramento do prazo de concessão, bem como também considerando a realização de determinados ativos, quando sua vida útil é inferior ao prazo de concessão. A partir de janeiro de 2016, por conta do aditivo de contrato de prorrogação do prazo da concessão e o reequilíbrio, a Companhia continuará a amortizar seu intangível de acordo com o prazo de concessão, que se finda em 2044.

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9.5. Serviços de construção

	2017	2016
Receita de construção	11.812	19.826
Custo de construção	(11.812)	(19.826)
	-	-

10. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relacionados a operações entre partes relacionadas decorrem de transações financeiras com a Companhia e seu acionista, nas quais a Administração considera que foram realizadas em condições pactuadas entre as partes.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não foram registradas quaisquer perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, assim como não foram reconhecidas quaisquer despesas de dívidas incobráveis relacionadas às transações com partes relacionadas.

10.1. Composição

	2017	2016
Passivo circulante		
CONASA - Infraestrutura S/A (a)	1.496	-
	1.496	-
Passivo não circulante		
CONASA - Infraestrutura S/A (a)	-	710
Sanesalto Saneamento S.A. (b)	3.814	-
	3.814	710

- (a) Os saldos de parte relacionada com a Controladora referem-se às movimentações financeiras efetuadas entre as companhias. As companhias tomarão ou emprestarão recursos financeiros conforme suas necessidades, de forma sucessiva e contínua, assumindo, respectivamente, a posição de devedora ou credora conforme o caso. O grupo econômico não tem como prática interna cobrar juros sobre estas transações, dar e/ou tomar garantias e não há prazo determinado de liquidações, em razão de se utilizarem da premissa de uso de Administração de caixa e recursos centralizados e com remessas e uso de recursos quando necessário pelas empresas;
- (b) A Sanesalto cedeu a valor de face, em virtude do PRT e PERT, créditos tributários decorrentes de prejuízos acumulados que não seriam utilizados em sua operação. Conforme contrato de créditos tributários firmado entre as partes, podendo ser liquidados em até 60 meses.

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Com o advento do PRT a Sanesul vendeu seus créditos tributários diretamente a coligada Companhia Aguas de Itapema, onde ela possuía AFAC com a Companhia. Desta forma, foram liquidados os adiantamentos com a Companhia e conseqüentemente foi aumentado o valor no seu capital social, conforme demonstrado na nota 16.1.

10.2. Remuneração dos administradores

As despesas referentes a remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia, reconhecidas no resultado do exercício findo em 31 de dezembro 2017, totalizaram R\$ 193 (em 2016 totalizaram R\$ 84).

A Companhia não concede qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações.

11. Empréstimos e financiamentos

11.1. Composição

	Vencimento final	Taxa efetiva anual	2017		2016	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Empréstimos e financiamentos						
Capital de giro - IGPM (CCB) (a)	jun/19	10,50%	12.716	12.716	13.644	27.077
Capital de giro - TJLP (BRDE) (b)	mai/37	13,40%	2.427	11.048	-	-
Capital de giro - Sicred	nov/14	12,00%	231	115	-	-
Debêntures (C)	jul/29	12,00%	-	24.546	-	22.438
			15.374	48.425	13.644	49.515
Arrendamentos mercantis						
Finame	out/19	18,80%	15	8	15	18
			15	8	15	18
			15.389	48.433	13.659	49.533

- (a) Para financiar a infraestrutura da concessão, em 2006 a Companhia captou o montante de R\$ 43.000 por meio de Cédula de Crédito Bancário (CCB), este empréstimo é remunerado a taxa de 10,5% a 11%, sendo uma parcela pequena das CCBs, cerca de 12% das CCBs, remuneradas à 10,50% a.a. e correção monetária indexada ao IGP-M. Em garantia ao empréstimo assumido, a Companhia constituiu, em favor do banco, penhor integral sobre todos os direitos creditícios (contas a receber de clientes), decorrentes da prestação de serviços pelo fornecimento de água e tratamento de esgoto, e mantém saldos garantidores em aplicações financeiras, conforme nota explicativa 7;
- (b) Em abril de 2017 a Companhia conseguiu liberação de recursos perante ao BRDE - Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul no valor total de R\$ 13.200 mil, que foram liberados em 3 parcelas, sendo a primeira em 02 de junho no valor de R\$ 5.000, a segunda em 26 de julho e a terceira no valor de R\$ 1.200 em 14 de dezembro de 2017. Estes recursos foram utilizados na ampliação e infraestrutura dos investimentos na concessão;
- (c) Em 04 de julho de 2016 houve a emissão de debêntures no valor de R\$ 21.000 da Companhia Águas de Itapema, que foram adquiridas pela Conasa, com vencimento para 02 de julho de 2029, com o mecanismo de pagamento ("bullet"), justamente para não onerar fluxo de caixa de curto prazo da Companhia em outros financiamentos.

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

11.2. Vencimento das parcelas dos empréstimos (principal e encargos)

Ano de Vencimento	2017	2016
2017	-	13.659
2018	15.389	17.388
2019	15.389	9.707
2020	2.269	2.270
2021	2.269	2.197
Após 2021	28.506	17.971
Total	63.822	63.192

12. Fornecedores

A Companhia trabalha com diversos fornecedores dos mais variados ramos de atividades, destacando-se fornecedores de materiais e serviços de infraestrutura de saneamento, materiais hidráulicos, materiais de construção e empreiteiros no setor da construção civil. Apresentamos a seguir os saldos comparativos:

	2016	2016
AMC Construções Ltda (a)	4.357	10.343
Outros Fornecedores	2.475	2.234
	6.832	12.577

- a) AMC Construções é a empreiteira contratada para execução das obras de infraestrutura. Foram quitadas grande parte das medições dentro do exercício de 2017, porém, houve mais obras de infraestrutura medidas dentro deste exercício que serão liquidadas no início de 2018.

13. Obrigações sociais e trabalhistas

	2017	2016
Encargos Sociais		
INSS a recolher	77	218
FGTS a recolher	22	23
IRRF sobre folha a recolher	10	22
	109	263
Pessoal a Pagar		
Salários a pagar	146	146
Provisões trabalhistas	336	340
Outras obrigações trabalhistas	7	11
	489	497
	598	760

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Obrigações fiscais e parcelamentos

	2017	2016
Circulante		
PIS e COFINS a recolher	270	357
ISS a recolher	230	80
Retenção de impostos	711	247
Impostos de renda e contribuição social	2.143	1.051
	<u>3.354</u>	<u>1.735</u>
Parcelamento federal	2.207	1.357
	<u>2.207</u>	<u>1.357</u>
Não circulante		
Parcelamento federal	1.608	7.495
	<u>1.608</u>	<u>7.495</u>
	<u><u>7.169</u></u>	<u><u>10.587</u></u>

14.1. Parcelamento federal

Em 31 de maio de 2017, a Companhia aderiu ao Programa de Regularização Tributária - PRT, instituída pela MP 766 de 04 de janeiro de 2017. A modalidade que a Companhia optou foi em pagar 24% do seu saldo total dos débitos tributários em 24 parcelas, e o restante com a utilização de créditos de Prejuízos Fiscais e Base Negativa de empresas do mesmo grupo. Poderiam incluir dívidas tributárias existentes vencidas até 30 de novembro de 2016, bem como os débitos originados de autuações lavradas pela Secretaria da Receita Federal, sendo obrigatório e desistência de eventual discussão judicial sobre tais débitos. Até o momento o parcelamento não foi homologado, pois a Receita Federal ainda não lançou nenhuma normativa sobre a consolidação destes débitos. Abaixo a posição do parcelamento:

Parcelamento federal - PRT	
Valor original do débito	12.057
Multa original	3.859
Juros	3.453
(-) Valores pagos em parcelamento	(3.285)
Saldo do parcelamento no momento da consolidação	<u>16.084</u>
(-) Créditos fiscais adquiridos de partes relacionadas	(12.224)
(=) Saldo a pagar em 24 parcelas	3.860
(+) Atualização saldo devedor em 2017	172
(-) Parcelas pagas em 2017	(1.324)
Saldo do parcelamento líquido	<u><u>2.708</u></u>

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de julho de 2017, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, instituída pela MP 783 de 31 de maio de 2017 que foi regulamentada com a Lei 13.496 de 24 de outubro de 2017. A modalidade que a Companhia optou foi em pagar 5% do seu saldo total dos débitos tributários em 5 parcelas, e o restante com a utilização de créditos de Prejuízos Fiscais e Base Negativa de empresas do mesmo grupo. Poderiam incluir dívidas tributárias existentes vencidas até 30 de abril de 2017, bem como os débitos originados de autuações lavradas pela Secretaria da Receita Federal, sendo obrigatório e desistência de eventual discussão judicial sobre tais débitos. Até o momento o parcelamento não foi homologado, pois a Receita Federal ainda não lançou nenhuma normativa sobre a consolidação dos destes débitos. Abaixo demonstramos a movimentação:

Valor original do débito	4.781
Multa original	956
Juros	982
Encargos Legais	377
(-) Valores pagos em parcelamento	(515)
Saldo do parcelamento no momento da consolidação	<u>6.581</u>
(-) Redução de Multa	(616)
(-) Redução de juros	(802)
(-) Redução de encargos	(377)
Saldo do parcelamento com reduções no momento da consolidação	<u>4.786</u>
(-) Créditos fiscais adquiridos de partes relacionadas	(3.440)
(+) Atualização saldo devedor em 2017	13
(-) Pagamento de antecipação em 5 parcelas	(252)
Saldo do parcelamento líquido	<u><u>1.107</u></u>

15. Provisões para contingências

A Companhia possui ações judiciais e administrativas de natureza tributária, cível e trabalhista. A Administração, baseada na opinião de seus consultores legais, acredita que a provisão para estas ações judiciais e administrativas é suficiente para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis decorrentes de decisões desfavoráveis, sendo que estas não terão efeitos significativos na posição econômico-financeira da Companhia. Em função das características destas provisões e do processo judiciário, não é possível fazer uma estimativa precisa do momento de desembolso dos valores provisionados, os quais consideram os juros e encargos financeiros até a data do balanço.

A provisão foi constituída considerando o julgamento dos assessores legais e da Administração, para os processos cuja expectativa de perda foi avaliada como provável, sendo suficiente para fazer face às perdas esperadas, contudo, houve processos que na análise dos advogados foram considerados que a Companhia terá êxito, desta forma, grande parte foram revertidos. Os saldos das provisões são os seguintes:

15.1. Composição por probabilidade de perda

Probabilidade de Perda	2017			
	Tributário	Cível (a)	Trabalhista	Total
Provável	-	114	-	114
Possível	-	1.818	548	2.366
Total	-	1.932	548	2.480

- (a) Os processos referem-se às causas cíveis onde são pleiteadas indenizações por danos morais decorrentes a cobranças indevidas de faturas.

Probabilidade de Perda	2016			
	Tributário	Cível (a)	Trabalhista	Total
Provável	1.615	146	-	1.761
Possível	-	1.390	652	2.042
Total	1.615	1.536	652	3.803

Foi revertido o contingenciamento tributário no valor de R\$ 1.615 referente a tributos que estavam sendo discutidos administrativamente e com o advento do Programa de regularização tributária (PRT) e Programa especial de regularização tributária (PERT) a companhia desistiu dos processos e incluiu os referidos débitos dentro destes parcelamentos.

15.2. Processos com probabilidade de perda possível

A Companhia é parte em outras ações cujo risco de perda é considerado pela administração, e corroborado pelos advogados externos responsáveis pela condução dos processos, como possível, e para os quais nenhuma provisão foi reconhecida. Esses valores são avaliados e atualizados numa periodicidade, nunca inferior a um ano. Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possui os saldos de R\$ 1.818 em processos cíveis e R\$ 548 em processos trabalhistas, considerados como perdas possíveis.

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

15.2. Movimentação da provisão de contingências

	Tributário	Cível	Trabalhista	Total
Saldo em 2016	1.615	146	-	1.761
Baixas por Reversão	(1.615)	(32)	-	(1.647)
Saldo em 2017	-	114	-	114

16. Patrimônio líquido

16.1. Capital social

O capital social subscrito e integralizado que em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 4.049, composto por 4.049.731 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal passou a ser em 31 de dezembro de 2017 de R\$ 32.175, composto de 32.175.136 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A seguir, a composição acionária:

	2017		2016	
	Número de ações	%	Número de ações	%
Conasa Infraestrutura S.A.	32.175	100%	4.049	100%
	32.175	100%	4.049	100%

Durante o exercício de 2017 as ações que foram integralizadas, estão demonstradas no quadro abaixo:

	R\$
Capital Social final em 31 de dezembro de 2016	4.049
(+) Integralização de capital com dividendos não pagos do exercício de 2016 (a)	2.201
(+) Integralização de capital com reservas de retenção de lucros	14.075
(+) Integralização de capital com créditos comerciais (b)	11.850
Capital Social final em 31 de dezembro de 2017	32.175

(a) Os dividendos mínimos obrigatórios provisionados em 2016 e não pagos foram integralizados durante o exercício de 2017;

(b) Os créditos comerciais são oriundos de créditos de prejuízos fiscais e base negativa da coligada Sanesul, conforme mencionado na nota 10.1 (c).

16.2. Reserva legal

O Estatuto Social prevê que, do lucro líquido apurado no período, deverão ser destinados 5% para constituição de reserva legal, que não excederá a 20% do capital social. Neste exercício foi provisionado o valor de R\$ 121.

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

16.3. Dividendos mínimos obrigatórios

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do Lucro Líquido ajustado nos termos do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações. Desta forma foi provisionado o valor de R\$ 575 para dividendos a pagar.

16.4. Reserva de retenção de lucros

Constituída de acordo com o previsto no artigo 196 da Lei nº 6.404/76, os órgãos da administração propõem a retenção de parte dos lucros acumulados para cumprimento do plano de investimentos e cronograma de obras e serviços definidos no contrato de concessão. Desta forma foi constituído o valor de R\$ 1.724 para retenção de lucros.

Conforme nota explicativa Nº 16.1, ocorreu integralização de capital em 2017, utilizando o saldo das reservas de retenção de lucros constituídos até 31 de dezembro de 2016, no valor de R\$ 14.075.

17. Receita operacional líquida

	2017	2016
Receita bruta de serviços	49.004	47.994
Receita de construção	11.812	19.826
Cancelamentos	(1.623)	(2.962)
Impostos sobre serviços	(1.780)	(1.709)
	<u>57.413</u>	<u>63.149</u>

18. Custos dos serviços prestados

	2017	2016
Salários e encargos sociais	(2.711)	(2.545)
Materiais e insumos na operação de água e esgoto	(3.380)	(3.364)
Serviços de terceiros na operação de água e esgoto	(3.286)	(1.601)
Despesas com transporte próprio operação de água e esgoto	(145)	-
Alugueis e IPTU	(253)	-
Amortização do Intangível	(3.026)	(2.957)
Custos de Construção	(11.812)	(19.826)
	<u>(24.613)</u>	<u>(30.293)</u>

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Despesas gerais e administrativas

	2017	2016
Despesas com pessoal	(4.365)	(5.316)
Utilidades e serviços	(147)	(94)
Honorários advocatícios e de consultorias	(1.697)	(1.883)
Despesas Gerais	(490)	(637)
Despesas com transporte próprio	(39)	(40)
Impostos e taxas	(484)	(217)
	<u>(7.222)</u>	<u>(8.187)</u>

20. Despesas comerciais

	2017	2016
Salários e encargos	(772)	(612)
Depreciação do imobilizado	(44)	(48)
Propaganda e publicidade	(328)	(348)
Indenizações comerciais	(511)	-
Outras despesas comerciais	(53)	(352)
Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	(470)	335
	<u>(2.178)</u>	<u>(1.025)</u>

21. Outras receitas/(despesas)

	2017	2016
Receita com Reduções de Multas (PRT e PERT)	616	-
Provisões para Perdas e Contingências	1.152	(206)
Impostos devidos de períodos anteriores (*)	(401)	-
Multas sobre impostos em atraso	(784)	(517)
Outras Receitas	23	(36)
	<u>606</u>	<u>(759)</u>

(*) Refere-se a ISS do exercício de 2015 e 2016 reconhecido dentro deste exercício para entrada no Programa de Recuperação Fiscal (REFIS 2017) da Prefeitura Municipal de Itapema-SC.

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Resultado financeiro

	2017	2016
Despesas financeiras		
Juros sobre atualização de debentures	(2.108)	(1.438)
Juros sobre atualização das CCB's	(2.808)	(10.301)
Juros sobre empréstimo de capital de giro e FINAMEs	(949)	(51)
Juros apropriados sobre parcelamentos	(808)	(715)
Juros sobre parcelamentos PRT/PERT	(729)	-
Outros juros passivos	(409)	(240)
Comissões e Despesas Bancárias	(337)	(20)
Impostos sobre Operações Financeiras	(327)	(189)
	<u>(8.475)</u>	<u>(12.954)</u>
Receitas financeiras		
Juros recebidos sobre aplicação financeira	403	454
Juros recebidos sobre arrecadação em atraso	422	596
Outras receitas financeiras	3	2
	<u>828</u>	<u>1.052</u>
	<u>(7.647)</u>	<u>(11.902)</u>

23. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apura o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) pelo regime fiscal do lucro presumido. Neste regime, a apuração do imposto de renda e da contribuição social é realizada por meio do cálculo da alíquota nominal de 25% de IRPJ e 9% de CSLL sobre a base de presunção, apurada conforme a legislação tributária na apuração dos tributos do ano corrente. Abaixo a composição:

	2017	2017
Imposto de renda e contribuição social (corrente)	(5.397)	(1.715)
Imposto de renda e contribuição social (exercícios anteriores) (a)	(8.542)	-
	<u>(13.939)</u>	<u>(1.715)</u>

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir a apuração do imposto de renda e contribuição social:

Composição	2017		
	IRPJ	CSLL	Total
Vendas brutas	49.004	49.004	98.008
Base de Presunção	49.004	49.004	98.008
Presunção lucro (32%)	15.681	15.681	31.362
Outras	268	268	536
Base tributável	15.949	15.949	31.898
IRPJ (15%)	(2.392)	-	(2.392)
Adicional (10%)	(1.572)	-	(1.572)
CSLL	-	(1.435)	(1.435)
	<u>(3.964)</u>	<u>(1.435)</u>	<u>(5.399)</u>

Valores reconhecidos em 2017 (a)	2016 e 2015		
	IRPJ	CSLL	Total
1º Trimestre - 2015	(1.255)	(377)	(1.632)
2º Trimestre - 2015	(938)	(281)	(1.219)
3º Trimestre - 2015	(877)	(263)	(1.140)
4º Trimestre - 2015	(887)	(266)	(1.153)
1º Trimestre - 2016	(1.187)	(442)	(1.629)
2º Trimestre - 2016	(847)	(306)	(1.153)
3º Trimestre - 2016	(774)	(282)	(1.056)
4º Trimestre - 2016	(607)	(183)	(790)
(-) Valores Reconhecidos de IR/CS	803	429	1.232
	<u>(6.569)</u>	<u>(1.971)</u>	<u>(8.540)</u>
	<u>(10.533)</u>	<u>(3.406)</u>	<u>(13.939)</u>

- (a) Em 2015 e 2016 a Companhia realizava a presunção do faturamento de 8% para o IRPJ e de 12% para a CSLL, porém, com o advento do PERT, a Companhia resolveu reconhecer a diferença da presunção para 32% destes dois exercícios e incluir no montante confessado, efetuando a adesão ao programa de regularização tributária, assim, o valor da diferença apurado destes dois exercícios foi de R\$ 6.569 de IRPJ e de R\$ 1.971 de CSLL, incluindo juros e multa.

	2016		
	IRPJ	CSLL	Total
Vendas brutas	47.994	47.994	95.988
Base de Presunção	47.994	47.994	95.988
Presunção lucro (IR 8% e CS 12%)	3.840	5.759	9.599
Outras	769	769	1.538
Base tributável	4.609	6.528	11.137
IRPJ (15%)	(691)	-	(691)
Adicional (10%)	(436)	-	(436)
CSLL	-	(588)	(588)
	<u>(1.127)</u>	<u>(588)</u>	<u>(1.715)</u>

24. Instrumentos financeiros

24.1. Análises dos instrumentos financeiros

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando à liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

24.2. Categoria de instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização:

	Categoria	2017		2016	
		Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativo financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado (*)	3.577	3.577	700	700
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	3.950	3.950	3.878	3.878
Passivos financeiros					
Fornecedores	Custo amortizado	6.832	6.832	12.577	12.577
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	63.822	63.822	63.192	63.192
Partes relacionadas	Custo amortizado	5.310	5.310	710	710

(*) O valor justo é mensurado pelo nível 1 da hierarquia do valor justo. A Companhia não possui nenhuma operação classificada na hierarquia do valor justo níveis 2 e 3.

24.3. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros, risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela alta Administração da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelos acionistas. A alta Administração da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Risco de mercado

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros decorre das aplicações financeiras referenciadas ao CDI, e os empréstimos e financiamentos são valorizados com taxa pré-fixadas e IGPM, a Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

Risco de taxas de câmbio

A Companhia não realiza operações cambiais.

Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha. Quanto ao risco de crédito associado a cliente, a Administração julga um risco significativo e provisiona as possíveis perdas de clientes, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 4.

(b) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial. Adicionalmente, a maturidade dos financiamentos e empréstimos é demonstrada na nota explicativa nº 11, o vencimento do saldo de fornecedores é até um ano, e não há data definida de vencimento para transações com partes relacionadas.

	Risco	Saldo em risco	Saldo atual	Cenários		
				Provável	Possível (25%)	Remoto (50%)
Ativo financeiro						
Caixa e Equiv. Caixa	Redução da taxa CDI	3.577	402	81	61	41
Clientes		3.950	444	90	67	45
Passivo financeiro						
CCB	Aumento na taxa IGP-M	63.822	(2.007)	(1.503)	(1.879)	(2.255)
		<u>71.349</u>	<u>(1.161)</u>	<u>(1.332)</u>	<u>(1.751)</u>	<u>(2.169)</u>

COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Seguros

A Companhia busca estabelecer coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. Os contratos de seguros que a Companhia fez em 2018 e 2017 são exclusivamente para as estações de tratamento de água e esgoto, com período de vigência de 01 de fevereiro de 2017 a 01 de fevereiro de 2018.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria, conseqüentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes. Abaixo os valores em risco:

	Valor em risco	
	Danos materiais	Lucros cessantes
Estação de tratamento de esgoto	17.250	9.642
Estações de tratamento de água	16.105	9.002
Estações elevatórias de esgoto	4.080	2.281
Sede Administrativa	1.500	838
Almoxarifado - anexo a sede administrativa	2.000	1.118
Almoxarifado - bairro Morretes	1.500	838
Lagoa de captação de água bruta	500	279
	<u>42.935</u>	<u>24.000</u>

Mario Vieira Marcondes Neto
Diretor Presidente

Isaac do Nascimento
Contador CRC-PR043806/0-1